

DEMOCRACIA E TRABALHO: UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

DEMOCRACY AND WORK: A RELATIONSHIP OF INTERDEPENDENCE

ODAIR CAMATI¹
(UCS/Brasil)

RESUMO

As teorias democráticas devem tomar em consideração aspectos econômicos no seu constructo teórico, especialmente as relações de trabalho? O presente texto visa responder ao questionamento acima mostrando como existe uma relação de interdependência entre trabalho e democracia. Por primeiro indico que teorias minimalistas ou institucionais são insuficientes para captar as contestações que os sujeitos apresentam com relação à democracia. Na sequência do texto indico como trabalho e participação democrática estão interligados. Finalizo com alguns indicativos normativos e futuros desdobramentos da pesquisa.

Palavras-chave: Democracia; Trabalho; Condições de vida; Participação.

ABSTRACT

Democratic theories should take economic aspects into account in their theoretical framework, particularly work relations? This text aims to address the above question by demonstrating the interdependent relationship between work and democracy. First, I argue that minimalist or institutional theories are insufficient to capture the grievances that individuals express about democracy. Next, I show how work and democratic participation are interconnected. I conclude with some normative guidelines and potential future developments for research.

Keywords: Democracy; Work; Living conditions; Participation.

Introdução

As teorias democráticas devem tomar em consideração aspectos econômicos no seu constructo teórico, especialmente as relações de trabalho? O presente texto se propõe a sustentar que teorias democráticas devem debater no seu interior elementos de organização social. Com isso não estou afirmando que as teorias democráticas são responsáveis pela compreensão da sociedade como um todo e que são responsáveis pelos problemas existentes e por sua consequente análise. O ponto central diz respeito à limitação de teorias minimalistas ou institucionais na compreensão de como nos organizamos democraticamente. Em outras

palavras, existe uma relação entre democracia, economia, organização social e a forma como os sujeitos se compreendem em suas relações, especialmente no trabalho.

Mais especificamente o que me interessa nesse momento é a relação entre democracia e trabalho. Não gostaria de afirmar a prevalência da democracia sobre as relações individuais com o trabalho, tampouco gostaria de me comprometer com a posição contrária. Existiria, nesse sentido, uma interrelação e uma interdependência entre como organizamos nossas vidas naquelas atividades mais elementares e a forma como nos organizamos democraticamente. Autorrealização e a construção de uma vida que eu possa chamar de minha são pontos fundamentais para a compreensão e desenvolvimento da democracia.

Como motivador para a pesquisa está o crescente questionamento em torno da "eficácia" da democracia. A pergunta cada vez mais recorrente é: por que alguns indivíduos sentem que a sua participação política é eficiente no sentido de que produz algum tipo de resultado enquanto a maioria das pessoas compreende que a sua participação em nada muda as suas condições de vida? Por que as pessoas estão cada vez mais receptíveis a outros modelos de organização política, desde que esses sejam capazes de melhorar as condições gerais de vida?

A motivação de fundo se relaciona com a compreensão do atual cenário da democracia, mas o ponto fundamental reside na relação entre democracia e trabalho. No primeiro momento analiso os problemas envoltos na democracia, usando pesquisas empíricas que mostram uma crescente insatisfação com os resultados dos processos democráticos. No segundo momento, ainda com base empírica, mostro que existe uma relação entre como nos organizamos no trabalho e nossa consequente participação democrática. Por fim, indico minhas conclusões parciais e os caminhos que a pesquisa pretende percorrer. Devo dizer que esse texto é o primeiro resultado de uma pesquisa em andamento que visa mostrar as relações entre trabalho, democracia e tempo.

A crise da democracia

Segundo a pesquisa desenvolvida em 2023 pelo Latinobarómetro, 28% dos latino americanos afirmam que não há diferença entre os modelos autoritários e modelos não autoritários de organização da vida política. Já 17% afirmam preferir um governo autoritário. Se observarmos ao longo dos últimos 30 anos veremos que há um aumento progressivo no número de indivíduos que pensam dessa forma. Por outro lado, um decréscimo também relativamente constante entre aqueles que afirmam que a

democracia é preferível, com algumas variações no meio do período de análise. Passou de 58% em 1995, alcançando 48% em 2023. Números parecidos podem ser encontrados na pesquisa mundial de valores que também questiona pelo modelo preferível de organização político-institucional.

Quando olhamos para a satisfação com a democracia percebemos que o descontentamento está presente em todas as esferas sociais. Por exemplo, dos que se compreendem como classe baixa apenas 25% estão satisfeitos, o que não muda muito para aqueles que se compreendem como classe alta, 33%. O mesmo fenômeno se verifica entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem ensino superior, entre aqueles que possuem 30% estão satisfeitos e entre aqueles que não possuem 29% estão satisfeitos. Com relação à idade podemos observar também uma estratificação semelhante, 28% dos jovens estão satisfeitos, enquanto 33% dos idosos responderam que estão satisfeitos. A diferença entre homens e mulheres também é pequena e reflete o descontentamento quase geral, 27% das mulheres afirmam estar satisfeitas, enquanto entre os homens esse número sobe um pouco, chegando a 30%.

Se observarmos os dados do Democracy Index 2023 veremos que há um constante decréscimo nos resultados da análise dos critérios que permitem avaliar a qualidade do processo democrático. A queda é relativamente constante entre os seguintes dados: processo eleitoral e pluralismo, cultura política, funcionamento do governo e liberdades civis. Cada um desses critérios possui parâmetros de análise e verificação que não temos condições de apresentar e analisar nesse momento. Mas juntos eles indicam, a partir de dados, que os processos democráticos estão menos qualificados. Os dados do Latinobarómetro e da pesquisa mundial de valores indicam uma queda na confiança das pessoas com relação à democracia. Nessa esteira os dados do Democracy Index servem para mostrar que a percepção das pessoas se deve às deficiências democráticas.

Por outro lado, desde 2008 há um constante crescimento da participação política, mesmo que o estudo indique um decréscimo entre 2022 e 2023, mais acentuado do que aquele observado durante o auge da pandemia. Aqui cabe a pergunta, por que a participação aumentou (pelo menos até 2020) na contramão de todos os outros indicadores? Não existe uma resposta simples para esse problema e também não é o objeto central da presente análise. Duas possibilidades de resposta: (i) os movimentos observados ao redor do mundo depois de 2008 levaram muitas pessoas a alguma forma de participação política; (ii) e talvez mais consistente² – é o fato de que a participação política, pelo menos nessa pesquisa, não é medida apenas pelos índices de participação nas eleições, mas é medida

também pela participação em partidos políticos, organizações não governamentais, acompanhamento das questões políticas através das mídias, incremento da presença de mulheres nos parlamentos e também pela abertura de participação de grupos étnicos e religiosos.

É importante destacar que, mesmo que exista essa diferença entre o indicador da participação com relação aos demais, não é possível afirmar que os dados de participação política sejam altos, estão em 5.34 (em uma escala de 0 a 10) tomando em consideração todos os 167 países ou territórios analisados. O que indica que o crescimento na participação ainda é tímido e me permite continuar o questionamento em torno dos problemas da democracia e sua relação com o trabalho.

Os números acima parecem indicar que há um descontentamento grande com relação à democracia e com os resultados do processo democrático. E a baixa diferença entre os grupos pesquisados parece reforçar que o problema não está localizado apenas entre aqueles que não possuem condições razoáveis de vida, mas se verifica em diferentes estratos e em diferentes condições. Em termos gerais, podemos afirmar que há um descontentamento com a democracia e que, ao menos, precisamos analisar as razões de tal descontentamento. E o que estou propondo é que uma análise apenas institucional ou minimalista da democracia não é suficiente. É preciso uma concepção mais ampla de democracia, além de uma análise do contexto em que a democracia está inserida.

Nesse sentido, minhas hipóteses de trabalho³ podem ser resumidas da seguinte forma: (i) A melhora das condições de participação institucional (das votações) não resolverá o problema, porque me parece que as pessoas ainda se sentirão distantes do processo. (ii) A melhoria das condições de vida (pensando que a democracia deveria estar presente em todas as instâncias da vida) pode melhorar a percepção do processo democrático. (iii) O sujeito que dispõe de condições precárias de trabalho, que não pode desenvolver-se autonomamente no seu espaço de atuação, que não pode participar das decisões do seu ambiente de trabalho, provavelmente não enxergará possibilidade de participação mais ampla no exercício político.

Essas teses, entendo, não contrapõem o que pretendo mostrar em termos gerais no texto, porque condições de vida não se restringem a condições materiais, mas dizem respeito também à forma como os sujeitos percebem e valorizam as suas atividades, especialmente àquelas relacionadas ao trabalho. Sim, as condições materiais são decisivas para a vivência individual, mas não são condição suficiente para uma melhor percepção e avaliação do processo democrático.

A tese que pretendo contrapor mais de perto foi apresentada por Kevin Elliot na obra *Democracy for busy people* (2023). Trata-se de afirmar que a simplificação do processo institucional democrático seria suficiente para garantir maior participação das pessoas. Esse processo deveria vir acompanhado de um maior acesso às informações e um maior esclarecimento de como se desenvolve a deliberação e como se desenvolve o processo de decisão. O exemplo que Elliot nos fornece é o da própria mãe e de como ela passou a se interessar pela democracia quando ele acessou à Universidade e teve condições de explicar para a mãe o que era a democracia e qual é a sua importância.

Acredito que não é preciso justificar porque uma afirmação dessa natureza, baseada em apenas um caso, não é suficiente para dar sustentação à tese apresentada. Por ora, apresento minha contraposição, espero que fique melhor justificada na sequência do texto (especialmente quando apresentar a relação existente entre democracia e trabalho). Recordando, a tese geral é de que a teoria democrática deve se preocupar não somente com o processo institucional e a tese mais específica a ser contraposta é que simplificação não basta para garantir maior participação e maior satisfação com os resultados do processo democrático.

Dentro dessa linha de raciocínio, é preciso me comprometer com uma conceituação de democracia? Acredito que sim. Duas opções se apresentam aqui: (i) Democracia como forma de vida:

entendida como uma forma de vida, como tal, significa poder fazer cada passo central da intermediação entre o indivíduo e a sociedade a experiência de uma participação igualitária na qual a estrutura geral da participação democrática se reflete, na individuação funcional de cada esfera específica. (HONNETH, 2017, 129).

E (ii) um *sistema diárquico* no qual “a **decisão**” (na linguagem da teoria da soberania, os procedimentos e instituições que regulam a elaboração das leis) e “**opinião**” (o domínio extra institucional da formação do julgamento político) se influenciam mutuamente, cooperam entre si ou entram em conflito sem, contudo, fundir-se. (URBINATI, 2013).

Essas duas concepções indicam que a democracia não se restringe ao processo decisório e aos seus desdobramentos institucionais, pressupõe também uma construção em todas as esferas da vida dos sujeitos e muito particularmente nas relações de trabalho que é onde passamos boa parte do nosso tempo diário. Mesmo que essa análise necessite de um maior aprofundamento, entendo, nesse momento, que as teses de Honneth e Urbinati não se distanciam, e até mesmo tratam de temas correlacionados.

Decisão e deliberação são momentos distintos e com algum grau de independência, quando do tratamento de democracias deliberativas. Contudo, a decisão se legitima e se consolida quando o processo de deliberação, nas esferas da vida dos indivíduos, se desenvolve partindo da participação de sujeitos que possuem a capacidade de compreender suas vidas e suas atividades como suas. O trabalho é decisivo nessa direção porque pode permitir ou bloquear a construção da opinião, tanto sobre demandas internas bem como demandas externas (decisões políticas mais amplas).

Portanto, na primeira do texto explorei alguns dados que mostram que as pessoas estão insatisfeitas, em algum grau, com a democracia. O objetivo é mostrar que existe um problema que deve ser considerado do ponto de vista teórico, mas político também. Além disso, apresentei a tese de que uma teoria institucional da democracia teria dificuldades para captar os problemas que as pessoas vêm percebendo nas suas vidas diárias. Nesse sentido, defendo que adotemos teorias mais amplas como a de Honneth ou de Urbinati. Na sequência do texto, pretendo reforçar essa tese ao mostrar que existe uma relação entre como nos organizamos no trabalho e como participamos da democracia.

A interdependência entre democracia e trabalho

A segunda parte do texto visa mostrar que existe uma relação entre democracia e trabalho. Para tanto apresenta e analisa dados empíricos de pesquisas recentes que identificam onde estão os links entre a forma como os sujeitos se organizam no trabalho e sua disposição para a participação no processo democrático. O objetivo aqui é simples, mostrar que existe uma relação, nos próximos textos pretendo pensar nas consequências teóricas dessa relação.

E se o trabalho tem papel decisivo na consolidação da democracia, como podemos conceitua-lo?

Honneth define trabalho como todas as atividades necessárias para a preservação da forma cultural de vida (incluindo todos os seus componentes) que uma sociedade considera valiosa. Em outras palavras, trabalho representa todas aquelas atividades que contribuem para a reprodução social de uma determinada forma de vida. (ESTER, 2023, 3).

O trabalho, nessa linha de pensamento, diz respeito a todas as atividades que contribuem para a reprodução social, excluindo atividades puramente privadas como hobbies, por exemplo. E incluindo, por outro

lado, atividades domésticas que mais atualmente tem passado por alguma reflexão no sentido de identifica-las como necessárias e, mais do que isso, que precisam passar por uma divisão mais justa. A esfera íntima passa a ser tornar um tema importante.

Sem precisar individualizar as atividades de trabalho, alguns problemas parecem comuns: “Individualização, precarização e descorporificação, essas são as três tendências na organização do trabalho que considero predominantes hoje.” (Honneth in Celikates et al, 2023, p. 6). Esses fatores, segundo Honneth, distanciam os trabalhadores, levando a executar apenas atividades que não exigem uma construção coletiva e, em alguns casos, pouco contato. A precarização exige que os sujeitos desenvolvam atividades degradantes e muitos deles precisam, até mesmo, se submeter a mais de uma jornada de trabalho diário. E por fim a descorporificação está relacionada ao trabalho por projetos e trabalhos temporários que colocam ainda mais barreiras para processos de relação entre os sujeitos. O objetivo aqui não é fazer uma análise (sociológica) do trabalho, apenas mostrar que as relações de trabalho possuem afinidades com o processo de construção da democracia.

“Afinal, para a maioria dos sujeitos a possibilidade de participar de fato (do jogo democrático) depende da forma como trabalham e em que condições o fazem.” (HONNETH in CELIKATES et al, 2023, 6). Honneth se refere às condições efetivas do trabalho, mas também à forma como os sujeitos se compreendem nas relações que desenvolvem. Uma auto compreensão que possibilite o desenvolvimento da auto estima também se coloca como fator determinante.

Eu tentaria apresentar uma resposta diferente e diria que já no exercício de um determinado trabalho o sujeito deveria ser capaz de se entender, tanto quanto possível, como um membro de uma comunidade democrática. (HONNETH in CELIKATES et al, 2023, 14).

A tese é que trabalho e democracia possuem uma relação de interdependência, sendo possível uma fortificação ou um enfraquecimento mútuo. Entendo que não haveria uma sobre determinação de uma esfera sobre a outra no sentido de que o processo se consolidaria de um lado para o outro, simplesmente. Em outras palavras, estão em posição de dependência e necessidade. Tentando ser mais claro, trabalho e democracia (questões políticas e questões econômicas) são pontos basilares de qualquer organização social. Entender a democracia requer uma compreensão mais ampla da forma como os sujeitos desenvolvem suas atividades mais elementares.

Aqui entendo que é necessário apresentar justificações empíricas para a tese que está sendo desenvolvida. Apresento brevemente alguns estudos sobre trabalho e democracia para mostrar que há uma relação. Os estudos sobre a relação entre o espaço democrático não oficial e a participação política iniciaram com as pesquisas de Almond and Verba, *The Civic Culture* (1965) e ganharam impulso com o trabalho de Carole Pateman *Participation and democratic theory* (1970).

Pateman usa um estudo de Almond and Verba (1965) para mostrar como pessoas que possuem participação em decisões locais, em entidades representativas, associações e assim por diante desenvolvem um senso de participação mais acurado e sentem que podem contribuir para o debate político em termos nacionais também. O contrário é verdadeiro, quanto menor a participação em entidades locais, menor será a participação em termos nacionais e menor será o sentimento de que é possível contribuir e mudar o cenário político. Afirmando Almond e Verba (1965, 271-2):

Se, na maioria das situações sociais, o indivíduo se vê subserviente a alguma figura de autoridade, é provável que ele espere essa relação de autoridade na esfera política. Por outro lado, se fora da esfera política ele tiver a oportunidade de participar de uma ampla gama de decisões sociais, provavelmente esperará ser capaz de participar de decisões políticas também. Além disso, a participação em decisões não políticas pode proporcionar as habilidades necessárias para a participação em decisões políticas.

Essa tese geral foi apresentada a partir de um estudo em 5 países: EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. Essa mesma tese é que embasa estudos contemporâneos que estão preocupados em analisar mais especificamente se esse processo acontece também no trabalho. A questão de fundo é se o senso de participação e eficácia da participação no trabalho tem impacto na participação política das pessoas.

Dois estudos servem como referência, primeiro *Spanning the Boundaries of Work: Workplace Participation, Political Efficacy, e Political Involvement* e *Political Participation and Workplace Voice: The Spillover of Suppression by Supervisors*. A primeira pesquisa foi realizada nos EUA, em 2004, através de contato telefônico e buscava compreender de forma direta a relação entre o ambiente de trabalho e a participação democrática. A segunda pesquisa foi realizada em 2017 na Holanda e perguntou sobre a forma como os trabalhadores se relacionam com os supervisores e buscou verificar o impacto dessa relação na participação política. Não vou apresentar os detalhes técnicos das pesquisas por uma questão de espaço,

pois o foco é verificar se há ou não uma relação entre trabalho e democracia.

O estudo de Jian e Jefres (o primeiro citado acima) apresenta algumas hipóteses de trabalho:

H1: O grau de autonomia no trabalho está positivamente associado ao grau de participação política.

H2: O IPE (internal political efficacy) é mediador da associação positiva entre autonomia no trabalho e participação política.

H3: O grau de envolvimento na tomada de decisões no trabalho está positivamente associado ao grau de participação política.

H4: O IPE faz a mediação entre a associação positiva entre o envolvimento na tomada de decisões no trabalho e a participação política.

H5: o grau de participação na comunidade de trabalho está positivamente associado ao grau de participação política.

H6: o IPE é mediador da associação positiva entre a participação na comunidade de trabalho e a participação política." (JIAN e JEFRES, 2008, 6-7).

Os dados coletados não confirmaram as hipóteses 1 e 4 e, segundo os autores, oferecem fundamentos para afirmar que as hipóteses 2, 3, 5 e 6 são verdadeiras. O foco aqui não é desenvolver uma análise detalhada da Eficácia política interna (IPE) que mede o grau em que os indivíduos acreditam na sua própria capacidade de compreender e participar efetivamente da política. Apenas para constar o IPE poderia realizar a mediação entre associação positiva na comunidade de trabalho e a participação política mais ampla.

Quero destacar a hipótese 3, "o grau de envolvimento na tomada de decisões no trabalho está positivamente associado ao grau de participação política." Os resultados mostram que há um incremento no ato de votar e também (em menor grau) na participação política (inclusive em campanhas) naqueles indivíduos que participam nas decisões do seu local de trabalho. Mostram também que esse efeito é imediato não necessitando de uma intermediação do IPE, portanto, sem necessidade de desenvolver uma sensação de competência política intermediária. O estudo mostra que a relação acontece em diferentes públicos, com diversidade de idade, renda e educação.

A pesquisa também indica que a autonomia no trabalho melhora a forma como as pessoas participam da vida política. A autonomia no trabalho melhora a percepção interna de que a contribuição dos trabalhadores é importante na hora de uma tomada de decisão. Sentindo-se mais confiantes e preparados, os trabalhadores tendem a reproduzir o mesmo comportamento na cena pública ao participar de alguma forma de atividade política. Esse resultado reforça a tese apresentada na primeira seção do texto, a saber, as condições materiais são importantes para a participação democrática, mas é preciso mais, pois a percepção de que a participação é levada em consideração é também um aspecto decisivo. Se a participação no ambiente de trabalho é desvalorizada, o trabalhador tende a deixar de participar, tanto nas decisões do trabalho quanto nas decisões políticas mais amplas.

Diante desse cenário é possível fortalecer a tese de que o ambiente de trabalho, como espaço de socialização política, pode fortalecer a participação porque habitua os indivíduos com habilidades práticas e normativas que são aplicadas também nos processos decisórios democráticos. Por isso a tese dos autores do estudo, de que é preciso, em alguma medida, ampliar as fronteiras dos espaços de trabalho.

Já o estudo de Geurkink, Akkerman e Sluiter apresenta hipóteses sobre a relação entre a forma como supervisores se relacionam com trabalhadores e as respostas que esses apresentam, tanto no ambiente de trabalho quanto na participação política mais ampla. O estudo está preocupado em identificar como os sujeitos se compreendem nesses processos e como eles reagem interna e externamente no ambiente de trabalho.

O estudo mostra que o suporte do supervisor no trabalho aumenta confiança IWE (Internal Workplace Efficacy) dos trabalhadores nas suas próprias habilidades e na possibilidade de influenciar na tomada de decisão no ambiente de trabalho (Coeficiente positivo +0,08). Como consequência a confiança em influenciar o ambiente de trabalho é transferida para a confiança em influenciar processos políticos (Coeficiente positivo +0,26).

Segundo o estudo, a eficácia política interna (IPE) que está relacionada à confiança na possibilidade de influenciar decisões aumenta todas as formas de participação política: voto (+ 0,24), atividades partidárias (+0,59), contatos com políticos (+0,80) e protestos (+0,40). Já a eficácia política externa (crença de que os atores políticos respondem às demandas dos cidadãos) se relaciona com a forma como os supervisores respondem, por exemplo, se o supervisor responde positivamente às suas preocupações (alta EWE), o trabalhador tende a acreditar que atores políticos também serão responsivos (alta EPE). Os resultados mostram que

o EPE (eficácia política externa) tem impacto positivo em duas formas de participação política, atividades partidárias (+0,20) e contato com políticos (+0,17), mas não influencia significativamente nos votos e nos protestos.

Em suma, o ponto central dessa pesquisa é a relação entre o supervisor e os trabalhadores. O suporte por parte do supervisor fortalece a eficácia no trabalho e também na política, gerando como resultado um maior incremento de participação. Por sua vez, o silenciamento ou a punição por parte do supervisor gera efeitos mistos, reduz a eficácia, mas por outro lado, pode gerar compensações, como engajamento político em manifestações e protestos, por exemplo. A eficácia política interna (confiança da pessoa em suas próprias habilidades para participar do processo político) tem mais impacto na participação política do que eficácia política externa (percepção de que a voz do cidadão importa e será ouvida). A alta de IPE está relacionada ao aumento IWE (internal political efficacy), quer dizer a eficácia política externa aumenta na medida em que se desenvolvem experiências positivas no trabalho, como por exemplo, participação em decisões e suporte por parte do supervisor.

Os textos e as pesquisas acima mencionados indicam que indivíduos que desenvolvem confiança nas suas atividades de trabalho e nas atividades que exercem no dia a dia tendem a participar mais politicamente, nas mais diversas atividades. Àqueles que percebem que suas vozes são ouvidas no ambiente de trabalho tendem a participar em atividades partidárias e a buscar contatos com agentes políticos. Esses dois fenômenos mostram que existe uma relação entre trabalho e democracia e que debater os processos de tomada de decisão nos ambientes de trabalho é importante para as teorias democráticas.

Diante do cenário adotado no presente texto é possível derivar que o mercado⁴ precisa de alguma regulamentação no sentido de garantir condições mínimas de participação dos trabalhadores em seus espaços de trabalho, “Mas isso também significa que os mercados de trabalho devem ser controlados, projetados e civilizados de uma maneira que possam satisfazer essas condições (apresentadas acima) – que podem ser desenvolvidas pluralisticamente – tanto quanto possível.” (HONNETH in CELIKATES et al, 2023, 15). Para além da normatização do mercado, outros elementos normativos são derivados a partir da análise honnethiana:

- 1. trabalho *deve* ser fonte de reconhecimento (autoestima);
- 2. a contribuição do trabalho para a sociedade *deve* ser transparente;
- 3. as condições de trabalho *devem* estar abertas para arranjos e modificações permitindo a participação dos trabalhadores;

- 4. condições de trabalho *não devem* gerar: insegurança, dependência e vulnerabilidade

Os desdobramentos normativos são apresentados nesse momento para indicar os passos seguintes da pesquisa, especificamente no que tange à relação entre trabalho e democracia. Se o trabalho tem uma forte relação com a participação, os encaminhamentos apresentados acima deveriam se fazer presentes em todas as relações laborais. Não tenho condições de explicitar esses pontos nesse momento, o objetivo é apenas indicar o que deve ser feito no sentido de oferecer condições de trabalho que melhorem a capacidade de participação democrática dos cidadãos, visto que existe uma relação entre trabalho e democracia.

Considerações finais e desdobramentos futuros

O texto apresenta as primeiras reflexões de um projeto que está em fase inicial e que busca pensar as relações entre trabalho e democracia e mais adiante verificar em que medida essa relação pode estar padecendo de alienação. Por ora, busquei mostrar que existem problemas na democracia e que a simplificação do processo é insuficiente porque a melhoria da democracia passa por uma melhora mais ampla nas condições de vida, não apenas materiais, mas também na percepção de que aquilo que fazemos tem algum tipo de valor, no sentido de que importa e que é levado em consideração, seja no ambiente de trabalho, seja no processo político mais amplo.

A segunda seção do texto mostrou, com base em dados empíricos, que existe uma relação entre a organização do trabalho e a forma como os sujeitos participam da deliberação política mais ampla. Nem sempre o efeito é imediato ou instantâneo, mas é possível afirmar que há uma relação e que indivíduos que participam das decisões do ambiente de trabalho e percebem que sua participação é efetiva tendem a se comportar da mesma forma quando da possibilidade de participação em alguma atividade política fora do espaço de trabalho.

Com a presente reflexão pretendo mostrar que teorias democráticas deveriam analisar, para além dos aspectos institucionais, a forma como as atividades que exercemos no dia a dia também influenciam na nossa própria compreensão e conseqüentemente no modo como olhamos para os processos políticos. Nesse cenário o trabalho tem espaço decisivo pois é nele que passamos boa parte do nosso tempo e onde temos ou não a possibilidade de desenvolvermos relações políticas.

A partir desse cenário é preciso investigar com mais atenção, especialmente do ponto de vista sociológico, quais são os atuais problemas do mundo do trabalho. Apresentei alguns indicativos ao longo do texto, mas que precisam de aprofundamento e de maior análise para poder afirmar que mudanças deveriam ser buscadas com o intuito de melhorar as condições de trabalho e, por consequência, de participação democrática. Esse é o próximo passo da presente pesquisa.

Creio também que seja necessário verificar até que ponto nossas relações de trabalho não estão alienadas e até que ponto dispomos de tempo para compreender onde nos localizamos e quais são os problemas sociais que estão ao nosso redor. Melhorar as condições de trabalho, nesse sentido, implica também em oferecer mais espaços de tempo para que os sujeitos tenham a possibilidade de transformar as atividades que exercem em propriamente suas, quer dizer, que sejam significativas em alguma medida.

Da reflexão apresentada, apresento algumas conclusões provisórias: (i) A regulamentação do trabalho poderia oferecer melhores condições de participação democrática; (ii) A melhoria do processo institucional da democracia parece insuficiente: faz-se necessário melhorar a condição de vida das pessoas; (iii) Isso pode ser feito sem mudar o sistema econômico – normatizar o mercado – em concordância com a posição de Axel Honneth (*O direito da liberdade*, especialmente); (iv) Teorias democráticas minimalistas e institucionais são insuficientes.

Portanto, é necessário entender melhor qual é o sentimento que envolve as pessoas quando afirmam estar descontentes com a democracia. Para lograr êxito nessa análise creio que devemos compreender melhor como está organizado o mercado de trabalho e como os sujeitos têm lidado com o pouco tempo disponível. Esse é o caminho que a pesquisa pretende percorrer.

Notas

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Agradeço as contribuições recebidas durante a apresentação de versões preliminares deste texto no encontro do GT Teorias da Justiça, realizado no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), e no IV Encontro de Pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia na UCS.

² Esse problema da métrica da participação política foi identificado por Manin no texto *Democracia de público reconsiderada*.

³ Nesse texto não terei condições de justificar adequadamente cada uma das hipóteses, o objetivo inicial é mostrar que existe um problema com as teorias minimalistas da democracia e de que existe uma relação entre democracia e trabalho.

⁴ Mercado aqui é entendido como a instância que regula as transações econômicas. Sigo em geral a compreensão conceitual de Honneth (2015, 328). “Mas é opinião corrente que é apenas com o capitalismo que surge um sistema econômico regulador das relações de todos os que tomam parte na produção econômica – isto é, trabalhadores, consumidores e empreendedores – sob a forma de transações mediadas pelo mercado.”

Referências

ADMAN, Per. Does Workplace Experience Enhance Political Participation? A Critical Test of a Venerable Hypothesis. *Political Behavior*, 30:115–138, 2008.

ALMOND, G. A., and VERBA, S. *The Civic Culture*, Little Brown & Co., Boston, 1965.

CELIKATES, R. HONNETH, A. JAEGGI, R. The Working Sovereign: A conversation with Axel Honneth. *Journal of Classical Sociology*, Vol. 23 Issue 3, 2023.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2023*. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2023: Age of Conflict*. Londres: The Economist Intelligence Unit, 2024. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023>. Acesso em: 30 de novembro de 2024.

ELLIOT, Kevin J. *Democracy for busy people*. Chicago: The University of Chicago Press, 2023.

ESTER, Marvin. *Towards emancipatory politics of work: Report on Axel Honneth's Benjamin Lectures 'The Working Sovereign'*. In: *Critical Theory in Berlin*, 2024.

GEURKINK, B., AKKERMAN, A., & SLUITER, R. Political Participation and Workplace Voice: The Spillover of Suppression by Supervisors. *Political Studies*, 70(2), 327-347. <https://doi.org/10.1177/0032321720960969>, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. Tradução de Denilson Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HONNETH, Axel. *The Fragmented World of the Social*. Essays in Social and Political Philosophy. Albany: State University of New York Press, 1995.

HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje – novos desafios para a teoria democrática hoje*. Brasília: Editora UnB, 2001.

HONNETH, Axel. *Disrespect*. The normative foundations of critical theory. Cambridge: Polity Press, 2007.

HONNETH, Axel. *Educação e esfera pública democrática*. Um capítulo negligenciado da filosofia política. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 544-562, set.-dez. 2013

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. *A ideia de socialismo*. Tentativa de atualização. Trad. de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2017.

HONNETH, Axel. No conflito pelo reconhecimento. Entrevista concedida a Giorgio Fazio. Tradução de Luisa Rabolini. *IHU*, outubro de 2021. Disponível em : <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613007-no-conflito-aberto-pelo-reconhecimento-entrevista-com-axel-honneth>. Acesso em: 18/07/2023.

HONNETH, Axel. 'Labour', A brief history of modern concept. *Philosophy*, 97(2), pp. 149-167, 2022.

INGLEHART, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2014. *World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile*

Version: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>.
Madrid: JD Systems Institute.

JAEGGI, Rahel. *Alienation*. Tradução de Frederick Neuhouser e Alan Smith. New York: Columbia University Press, 2014.

JIAN, Guowei; JEFFRES, Leo. Spanning the boundaries of work: Workplace participation, political efficacy, and political involvement. *Communication Studies*, 59(1), 35-50. doi:10.1080/10510970701849370, 2008.

MANIN, Bernard. Democracia de público reconsiderada. *Novos Estudos*, nº 97, novembro de 2013.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Cambridge University Press, 1970.

RENAULT, Emmanuel. Reconhecimento e trabalho. *Trabalho & Educação*, v. 28, n. 2, pp. 51-62, mai-ago, 2019.

ROSA, Hartmut. *Alienação e aceleração*. Tradução de Fábio Roberto Lucas. Petrópolis, Vozes, 2022.

URBINATI, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. Tradução de Pedro Galé e Vinicius de Castro Soares. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 28, nº 82, junho de 2013.